



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO  
Lei Nº 7.827, de 27/09/1989

**b) Movimentação da provisão das operações de crédito**

Nas provisões dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 foram registradas as baixas das parcelas de principal e de encargos vencidas há mais de 360 dias, a seguir demonstradas:

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Saldo Inicial</b>	<b>(179.746)</b>	<b>(154.842)</b>
Risco Integral FNO	(43.511)	(54.606)
Risco Compartilhado	(136.235)	(100.236)
<b>Provisões constituídas</b>	<b>(333.060)</b>	<b>(344.696)</b>
Risco Integral FNO	(70.694)	(78.786)
Risco Compartilhado	(262.366)	(265.910)
<b>Valores baixados</b>	<b>346.922</b>	<b>319.792</b>
Risco Integral FNO	76.754	89.881
Risco Compartilhado	270.168	229.911
<b>Saldo final</b>	<b>(165.884)</b>	<b>(179.746)</b>
Risco Integral FNO	(37.451)	(43.511)
Risco Compartilhado	(128.433)	(136.235)

**c) Créditos baixados**

As parcelas de principal e encargos pendentes de pagamento há mais de 360 dias foram baixadas como prejuízo, cujo montante no exercício foi de R\$ 617.090 (R\$ 549.703 em 31 de dezembro de 2017). As parcelas baixadas de responsabilidade do Fundo, risco integral e compartilhado, somam R\$ 346.922 (R\$ 319.792 em 2017); sendo assumido pelo Banco as parcelas de risco compartilhado no valor de R\$ 270.168 (R\$ 229.911 em 2017).

**d) Renegociações de operações de crédito**

O total de operações de crédito renegociadas no exercício foi de R\$ 3.350.376 (R\$ 2.879.667 em 2017), sendo que R\$ 1.625.368 (R\$ 1.180.712 em 2017) referem-se a operações regularizadas por ação administrativa do agente financeiro e R\$ 1.725.007 (R\$ 1.698.955 em 2017) correspondem as renegociações amparadas por lei.

As despesas com renegociação neste exercício foram de R\$ 38.706 (R\$ 111.131 em 2017).

**e) Rebates de operações ativas e baixadas**

Em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.298, 4.299/2014 e, em sua maioria, com a Lei nº 13.340/2016, foram autorizadas concessões de rebates para a liquidação das operações contratadas ao amparo das linhas de crédito rural. No exercício foram registradas despesas de rebates no montante de R\$ 43.858 (R\$ 209.189 em 2017).

**f) Recuperação de créditos baixados**

O FNO foi ressarcido pelo valor de R\$ 178.590 (R\$ 335.282 em 2017) e o Banco por R\$ 110.483 (R\$ 216.285 em 2017), referentes às recuperações de créditos baixados como prejuízo, entre renegociações e pagamentos pelos financiados.

As recuperações por renegociações e liquidações, amparadas pela Lei 13.340/2016, somaram R\$ 133.131.974 para FNO (R\$ 274.473 em 2017) e R\$ 104.560.762 (R\$ 215.245 em 2017) para o Banco.

**g) Outras despesas**

Foi ressarcido ao Banco o valor de R\$ 40.566 (R\$ 36.700 em 2017), referente à regularização de operações de crédito que tinham sido honradas integralmente pelo Banco ao FNO.

**h) Rendas de operações de crédito**

As rendas de operações de crédito estão demonstradas pelo valor líquido do del credere do banco administrador:

	Exercício/2018	Exercício/2017
Encargos financeiros operações de crédito	1.322.613	1.317.746
Del Credere do banco administrador	(603.216)	(587.061)
<b>Total líquido</b>	<b>719.397</b>	<b>730.685</b>

**i) Del Credere**

É o valor pago ao Banco para cobrir os riscos de crédito assumidos pela instituição. O Del Credere é de 3% a.a. apenas para as operações contratadas a partir de 01.12.1998 em razão do risco ser compartilhado, conforme estabelecido no art. 9º-A da Lei 7.827, de 27.09.1989. O Del Credere pago ao banco administrador foi de R\$ 603.216 (R\$ 587.061 em 2017) sendo deduzido dos encargos financeiros das operações de crédito do Fundo.

**j) Recuperação de encargos e despesa**

As liquidações e renegociações de operações de crédito que tiveram como base art. 1º, § 1º e art. 2º da Lei nº 13.340/2016, e resultaram ao Fundo, na recuperação de encargos e despesas no montante de R\$ 34.659 (R\$ 118.817 em 2017), referentes ao bônus, multa, mora e outros encargos de inadimplemento, anteriormente reconhecidos.

**NOTA 6 - Provisão para bônus de adimplência**

**a) Movimentação**

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Saldo inicial</b>	<b>(355.753)</b>	<b>(416.891)</b>
Constituição	(158.999)	(111.153)
Concessão	163.273	172.291
<b>Saldo final</b>	<b>(351.479)</b>	<b>(355.753)</b>

**b) Despesas**

	Exercício/2018	Exercício/2017
Despesas com bônus no exercício	(158.999)	(111.153)

**NOTA 7 - Taxa de administração**

A taxa de administração é calculada mensalmente, aplicando-se o percentual de 3% ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, limitada em cada exercício, a 20% do valor das transferências efetuadas pela STN, de que trata o art. 13 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001.

**a) Obrigações**

	31/12/2018	31/12/2017
Taxa de administração a pagar	51.610	47.142

Refere-se ao valor apropriado no último dia útil do mês de dezembro, cujo desembolso ocorreu no primeiro dia útil do mês subsequente.

**b) Despesas**

	Exercício/2018	Exercício/2017
Taxa de administração do exercício	(498.703)	(463.955)

Neste exercício, a taxa de administração foi constituída pelo limitador de 20% dos repasses da STN, conforme sistemática de cálculo definida no art. 3º do Decreto nº 5.641/2005, a seguir demonstrada.

**NOTA 8 - Remuneração agente PRONAF**

**a) Despesas**

	Exercício/2018	Exercício/2017
Remuneração PRONAF risco integral FNO	(13.438)	(14.574)
Remuneração PRONAF risco compartilhado	(82.644)	(81.964)
<b>Total de despesas</b>	<b>(96.082)</b>	<b>(96.538)</b>